

Supremo retomará nesta quinta-feira julgamento de reforma



[Por Amanda Pupo e Rafael Paes Moura]
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomará nesta quinta-feira o julgamento de uma ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dispositivos da reforma trabalhista que restringe a gratuidade judicial para pessoas pobres. É a primeira ação contra a reforma trabalhista analisada pelo plenário do Supremo.

Os ministros analisam os critérios para alcance de gratuidade para aqueles que conseguem provar insuficiência de recursos na Justiça do Trabalho. Durante a sessão de ontem, Barroso pediu a suspensão do julgamento, prometendo ler o voto no início da sessão desta quinta-feira.

“Eu ouvi coisas da tribuna que me impressionaram e sobre as quais eu gostaria de refletir. Em segundo, mais de um colega me

pediu que eu indicasse o adiamento (do julgamento) para que pudesse igualmente fazer uma reflexão. Eu traria meu voto na primeira hora amanhã (quinta-feira) para levar em conta as colocações relevantes feitas na tribuna e algumas que me impressionaram. E mesmo o diálogo interno com os colegas eu gostaria de levar em conta”, disse Barroso.

Até o momento, já se pronunciaram na tribuna representantes da Procuradoria-geral da República, da Advocacia Geral da União, e “amigos da Corte”, que pediram para se manifestar no processo.

A nova lei trabalhista determina, por exemplo, que o pagamento dos honorários periciais é responsabilidade de quem perde a ação trabalhista, mesmo que a pessoa seja beneficiária da justiça gratuita.

A reforma define que a parte vencida deve pagar os honorários

da parte vencedora no processo, em valores fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença.

Quando um beneficiário da justiça gratuita perde uma ação, suas obrigações com os honorários somente podem ser executadas se, dois anos após o trânsito em julgado da decisão judicial, ele não demonstrar a situação de insuficiência de recursos que havia justificado a concessão.

Já quando um trabalhador, que provou a necessidade de gratuidade anteriormente, perder uma causa, ele deverá executar, sem espera, o pagamento dos honorários quando conseguir, judicialmente, “créditos capazes de suportar a despesa”, como valores de hora extra, também definiu a reforma. Essa é outra determinação questionada pela PGR. (Estadão Conteúdo)

Sindicato dos professores estuda paralisação

GUSTAVO T. DE MIRANDA

DA REDAÇÃO

O Sindicato dos Professores de Santos e Região (Sinpro Santos) pretende parar as escolas particulares no próximo dia 23. A paralisação de um dia será decidida numa assembleia, marcada para as 14 horas do dia 19, na sede da agremiação (Avenida Ana Costa, 145, Vila Mathias).

Segundo o presidente do sindicato, o professor Walter Alves, a tensão está maior para professores do ensino básico, que engloba as modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

O dirigente sindical reclama das condições de negociações com os sindicatos que representam as escolas particulares. O acordo coletivo da categoria venceu no último dia 28 de fevereiro e, desde então, o sindicato patronal vem tentando reduzir direitos considerados ‘conquistas’ pelos professores.

No acordo coletivo havia 65 cláusulas. Do total, o sindicato patronal topou renovar 45 e levou as outras 20 para a renegociação — como não houve acordo entre as partes, a negociação foi parar no Tribunal Regional do Trabalho, por meio de uma ação de dissídio coletivo.

Três pontos são considerados polêmicos pelos professores nessa negociação: a redução de 30 para 20 dias de recesso no início do ano, o corte de duas para uma bolsa de estudo para filhos de professores e mudança no prazo para pagamento de garantia de salário quando o profissional é dispensado da escola onde trabalhava.

Promotores do Trabalho querem evitar demissões na Boeing e Embraer

O MPT (Ministério Público do Trabalho) enviou recomendações à Boeing e à Embraer para que, se houver aquisição por parte da americana, se garanta o patamar de empregos no Brasil. O órgão sugere que elas procurem os sindicatos para explicar quais serão os impactos e pedir a eles propostas sobre como tratar o tema. "Há indicadores que apontam que, se a Boeing de fato adquirir a Embraer, poderá levar a atividade para fora do Brasil, e isso significaria a perda de vagas aqui", diz Rafael Gomes, um dos procuradores que assinam a notificação. A mudança da lei trabalhista contemplou o tema das demissões em massa. Antes dela, o empregador precisava negociar com o sindicato antes de efetuar as demissões. Agora, já não é tão claro como deve ser o procedimento, afirmam advogados. "Depois da reforma, isso caiu por terra", diz Luis Fernando Riskalla, advogado do Leite, Tosto e Barros. A questão foi judicializada, diz Rodrigo Takano, do Machado Meyer. "A matéria não está sedimentada." A reforma teve a intenção de acabar com a negociação em casos de demissão em massa, mas o texto é vago e dá margem a interpretações, afirma o procurador Gomes.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 10/05/2018

Sabesp: Escolha de Bertocco mira capitalização e maior abrangência

A escolha da administradora e advogada Karla Bertocco pelo governador Márcio França (PSB) para comandar a Sabesp tem principalmente dois condões: conduzir a capitalização da empresa e acelerar a expansão da presença da Sabesp em municípios que ainda sofrem com a falta de saneamento no Estado mais rico da nação, conforme uma fonte do governo. "Karla é uma pessoa de grandes ideias e que pode ampliar os negócios da Sabesp. Tocou projetos de grande importância na gestão [Geraldo] Alckmin. Ela representa o próximo passo da empresa", disse a fonte. Considerada "combativa" em relação às concessionárias de serviços públicos e "realizadora", seu último cargo no governo foi como subsecretária de parcerias e inovação da Secretaria de Governo. A pasta, criada por Alckmin em 2014 em substituição à Gestão Pública, e conduzida por Saulo de Castro, um dos homens fortes do tucano, concentrou um vasto poder, como o planejamento dos programas de desestatização, parcerias público-privadas (PPP) e concessões. Mulher de confiança de Alckmin, o ex-governador chegou a dizer em conversas informais que ela era uma espécie de primeira-ministra de seu governo. Karla foi, antes, diretora-geral da agência reguladora de serviços de transportes do Estado de São Paulo (Artesp), que regula os contratos com as concessionárias. Mesmo na função de subsecretária, mantinha forte influência na Artesp, agência que saiu do guarda-chuva da Secretaria de Transportes e passou a ser vinculada à Secretaria de Governo com a criação da pasta. Karla substituiu Jerson Kelman, cuja gestão foi marcada pelo enfrentamento da crise hídrica em São Paulo.

Fonte: <http://www.valor.com.br/empresas/5511869/sabesp-escolha-de-bertocco-mira-capitalizacao-e-maior-abrangencia>

Ilhabela multa Sabesp em R\$ 10 milhões por poluição do rio Água Branca

A Prefeitura multou a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), neste domingo (6), em R\$ 10 milhões por poluição do rio Água Branca. A iniciativa da Administração partiu de denúncias populares que informavam a respeito do rompimento de um degrau da escada hidráulica usada pela Companhia para o escoamento na lavagem de filtros da ETA (Estação de Tratamento de Água), na Água Branca. O rompimento provocou erosão na encosta do morro e resultou na liberação de grande quantidade de argila por aproximadamente quatro horas, provocando o tingimento na coloração do córrego da Serrinha atingindo o rio Água Branca por uma extensão de dois quilômetros e meio, chegando a atingir a foz, nas proximidades da Dersa. Com base no artigo 1º da Lei Municipal 914/2000, foi elaborado o processo número 7593/2018, e o diretor do departamento de Fiscalização Ambiental, ligado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ronaldo Alves de Sousa, lavrou a multa contra a Sabesp que tem o prazo de 30 dias para recorrer. De acordo com ele, a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), receberá ofício e cópias do relatório fotográfico e do auto de infração para análise que poderá confirmar se houve impacto ambiental no rio. Uma equipe da Defesa Civil também participou da ação junto com o pessoal da Fiscalização Ambiental que continua com o monitoramento no local.

Fonte: <https://www.portalr3.com.br/2018/05/ilhabela-multa-sabesp-em-rdollar-10-milhoes-por-poluicao-do-rio-agua-branca/>